

Isilda Braga da Costa Monteiro

*Instituto de História Moderna da Universidade do Porto*

## *O Registo escrito do discurso parlamentar: uma (re)construção*

### Resumo

Em Portugal, no século XIX, o Parlamento constituía um dos mais importantes palcos de decisão política. Um palco onde se movimentavam Pares e Deputados preocupados em dar uma boa imagem de si e, através de si, da instituição que representavam. Compreensivelmente, era para o discurso que uns e outros faziam convergir as atenções. Para o discurso oral proferido na sala das sessões mas também para o discurso escrito que lhe conferia materialidade, fazendo-o perdurar no tempo. Embora o segundo seja considerado como a reprodução o mais fiel possível do primeiro, o registo natural do que foi realmente dito, tal estará, efectivamente, longe de se verificar. Na realidade, o discurso escrito marcado por mecanismos de produção específicos, resulta de um complexo processo de (re)construção que, com maior ou menor intencionalidade, o distancia do discurso oral que só aparentemente reproduz.

### Abstract

In the 19th century, the Parliament was one of the most important institutions of political decision in Portugal. There, Peers and Representatives seek to give a good impression of themselves and through themselves of the institution they represented. As expected, every one of them tried to converge the attention to discourse: oral in the sessions room but also written to give consistency, making it last through time. Although the written discourse is considered the most reliable reproduction of the oral one, the natural register of what has been said is really very far from truth. In fact the written discourse with specific production mechanisms results from a complex process of (re)construction that with greater or lesser intentionality, keeps it away from the oral discourse that it only apparently reproduces.

No Parlamento bicamaralista que, em Portugal, se foi sucessivamente organizando e reorganizando ao longo do século XIX, segundo o quadro constitucional vigente e as necessidades e interesses do momento, Pares e Deputados desempenham papéis assumidamente distintos, mas complementares, que se vão

redefinindo e reposicionando em função de um complexo e nem sempre muito claro jogo de equilíbrio entre as duas Câmaras. Avaliados continuamente pelos que com eles partilhavam o mesmo espaço e poder político e por uma opinião pública mais ou menos informada, Pares e Deputados procuram, por isso, dar uma boa imagem de si e, através de si, da instituição que representam. Constituindo a face visível, o climax, afinal, da actividade parlamentar, era para o discurso produzido nas sessões plenárias que quer os Pares quer os Deputados faziam convergir todas as atenções, recorrendo a todos os meios expressivos que pudessem impressionar os ouvintes<sup>1</sup>, quer eles fossem os restantes membros das Câmaras, quer ministros, jornalistas ou simples cidadãos anónimos. Nesse sentido, ganha especial importância a reprodução e o eco que esses mesmos discursos geravam na imprensa e que abriam as sessões ao país e a uma avaliação pública dos seus desempenhos. Uma reprodução e um eco que os parlamentares e ministros sempre procuraram, de alguma forma, controlar.

O carácter público das sessões de ambas as Câmaras que a Carta Constitucional preconizava (Tít. IV, Cap. I, Art. 23º), com excepção daquelas que o bem do Estado exigia que fossem realizadas à porta fechada, obrigava a que se desse a devida publicidade aos discursos pronunciados pelos Pares e pelos Deputados, como principais actores do debate parlamentar, bem como dos ministros que aí tomavam a palavra para apresentar propostas e responder a interpelações. Contudo, a limitação orçamental e as dificuldades técnicas que iam desde a falta de taquígrafos até às más condições acústicas das salas das sessões, emperravam o processo de reprodução e divulgação dos trabalhos parlamentares que, ao longo dos anos, quer na Câmara dos Deputados quer na Câmara dos Pares, foi passando por sucessivos reajustamentos.

Na realidade, entre 1851 e 1870, passados os anos iniciais do sistema parlamentar, fundamentais para a aprendizagem de uma nova prática política, continuava ainda por conseguir o consenso sobre o tipo de publicidade que mais se lhe adequava. Na Câmara dos Deputados, as opiniões dividiam-se entre uma publicidade para consumo imediato ao serviço de uma opinião pública que importava informar e enformar e uma publicidade que fizesse perdurar no tempo a imagem simbólica de prestígio e de autoridade do Parlamento e de todos os que aí tomavam lugar. Ou seja, os Deputados dividiam-se perante a dimensão diferenciada que a publicação das actas parlamentares podia assumir – a de documento ou a de monumento<sup>2</sup>. Se à primeira parecia corresponder de

---

<sup>1</sup> MAIA, Fernanda Paula Sousa – *O Discurso Parlamentar português e as Relações Portugal-Brasil: a Câmara dos Deputados (1826-1852)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002. p. 162.

<sup>2</sup> MAIA – *O Discurso Parlamentar português...* p. 102.

forma mais eficaz a publicação de extractos das sessões, num curto espaço de tempo, na folha oficial, o *Diário do Governo*, à segunda corresponderia a sua publicação, na íntegra, em volumes autónomos, no *Diário da Camara dos Deputados*, mesmo que tal viesse a acontecer mais tarde, e que, por isso, perdesse actualidade. Indiscutivelmente, foi esta última que prevaleceu, desde a década de 40 do século XIX até 1861, altura em que se optou pela publicação única e na íntegra no *Diário de Lisboa*, denominação sob a qual se designava então a folha oficial.

Por sua vez, a especificidade da função da Câmara dos Pares determina um outro tipo de postura relativamente à publicação das suas sessões. Mais preocupada em assegurar o apoio político imediato de que carecia para a sua sobrevivência, a Câmara dos Pares opta, de forma relativamente consensual, pelos extractos no *Diário do Governo*. É esse o órgão oficial do executivo que chega a todo o país, o elemento de consulta obrigatório para os que queriam estar politicamente informados sem a interferência de um qualquer posicionamento político, como acontecia, na generalidade dos casos, com a imprensa da época. Durante a primeira metade do século XIX, a publicação em volume próprio apenas aconteceu de forma pontual, inicialmente sob a designação de *Diário da Camara dos Senadores* – denominação adoptada pela Constituição de 1836 para a segunda câmara –, nos anos de 1841 e 1842<sup>3</sup>, e como *Diário da Camara dos Pares do Reino de Portugal*, em 1842 e 1843<sup>4</sup>, para reaparecer, após um longo interregno, embora em moldes um pouco diferentes, como *Diário da Camara dos Dignos Pares do Reino*, a partir de Janeiro de 1869, mantendo-se até ao final da monarquia.

Uma e outra forma de publicação, em volume próprio ou por extracto oficial ou na íntegra no *Diário do Governo*, e que cada uma das Câmaras utiliza consoante a disponibilidade financeira, recursos humanos e a vontade dominante, assentam indiscutivelmente, numa tentativa de controlo da palavra dita no espaço parlamentar, ao procurar tutelar o seu registo por escrito revestindo-o de um carácter oficial e, por isso, supostamente, de inquestionável verdade e correcção face aos sempre duvidosos extractos publicados pela imprensa. Uma imprensa que, pelo seu posicionamento político, se reconhecia “nunca fazer sobressair as opiniões dos seus contrários, quando não fazem pior – que é detur-

---

<sup>3</sup>*Diário da Camara dos Senadores. Sessão Ordinária de 1841. Segunda Legislatura.* Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1841; *Diário da Camara dos Senadores. Sessão Ordinária de 1842. Segunda Legislatura.* Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1842.

<sup>4</sup>*Diário da Camara dos Pares do reino de Portugal. Sessão Extraordinária do anno de 1842.* 3ª série, vol. 1º. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1842; *Diário da Camara dos Pares do Reino de Portugal. Sessão Extraordinária do anno de 1843.* 3ª série, vol. 2º, Janeiro e Fevereiro. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1843.

par o que dizem os seus contrários”<sup>5</sup>. A relação entre o Parlamento e a imprensa caracteriza-se, nesta época, por uma grande ambiguidade e promiscuidade<sup>6</sup>. Por um lado, o Parlamento precisa da imprensa como caixa de ressonância dos seus debates, referindo-a muitas vezes como ponto de partida para as suas discussões. Alguns dos Deputados utilizam-na, mesmo, como meio de pressão, escrevendo artigos de opinião, assinados ou sob anonimato, tornando-a uma nova e eficiente extensão da oratória parlamentar<sup>7</sup>, quando não são, inclusivamente, seus redactores ou directores. Por outro lado, a imprensa, que conhece na segunda metade do século XIX um grande dinamismo possibilitado pela legislação favorável da Regeneração<sup>8</sup>, alimenta-se do Parlamento, dos seus debates e dos seus protagonistas políticos<sup>9</sup>. Uma reciprocidade de interesses que não impedia a frequência dos ataques mútuos.

Conscientes do papel que a reprodução e a publicação dos trabalhos parlamentares desempenhavam na construção da imagem de cada uma das Câmaras e, não menos importante, na construção da imagem de cada um dos homens que nelas se sentavam, quer junto da opinião pública quer dentro da própria instituição parlamentar, quer ainda junto do governo e do próprio monarca, Pares e Deputados debruçam-se frequentemente sobre esse assunto, procurando detectar e colmatar as falhas encontradas, embora sentindo que, dessa forma, gastavam o tempo com “assuntos domésticos”<sup>10</sup>. Se quanto ao *Diário da Câmara dos Deputados*, as críticas incidem sobretudo no atraso verificado na sua publicação e numa ou noutra inexactidão, relativamente aos extractos publicados no *Diário do Governo*, a situação mostra-se compreensivelmente mais complexa. Chega mesmo, como veremos à frente, a levantar-se um ambiente de suspeição sobre os taquígrafos da Câmara que, por resolução de 1 de Junho de 1852, passaram a ter a responsabilidade da execução dos extractos, ao serem acusados de favorecerem alguns Deputados em detrimento de outros, falseando voluntariamente o conteúdo dos seus discursos.

Na realidade, a publicação das sessões não era, no contexto parlamentar, um assunto de menor importância, sendo especialmente entendida pela Câmara Alta como um meio primordial para criar junto da opinião pública e junto das outras instâncias de poder a sua imagem de marca, a sua identidade, e desta forma a sua

<sup>5</sup> *Diário da Câmara dos Deputados...* Vol. I, p. 68. Sessão de 17 de Janeiro de 1854. Santos Monteiro.

<sup>6</sup> MAIA – *O Discurso Parlamentar português...* p. 82.

<sup>7</sup> TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª ed. rev. e aum. Lisboa: Editorial Caminho, 1989. p. 150.

<sup>8</sup> TENGARRINHA – *História da Imprensa Periódica...* p. 184.

<sup>9</sup> SÁ, Luís – *Lugar da Assembleia da República no sistema político*. Lisboa: Caminho, 1994. p. 381.

<sup>10</sup> *Diário da Câmara dos Deputados...* Vol. I, p. 88. Sessão de 18 de Janeiro de 1854. Casal Ribeiro.

razão de ser<sup>11</sup>. Preocupados, os Pares referem frequentemente a necessidade de dar uma publicidade mais imediata aos seus debates e às suas tomadas de posição que servisse para informar o cidadão “que gosta de vêr o modo como correm as sessões, e de saber as razões porque se regulam as questões que aqui se agitam”<sup>12</sup>, e, ainda, como meio de afirmação junto da outra Câmara, do governo e do monarca. Na sessão de 15 de Março de 1853, em que se discutia o Projecto de Resposta ao Discurso da Coroa, o Visconde de Castro comentava criticamente mais uma fornada de pares, dizendo que discursaria mesmo na ausência dos ministros, porque “os srs. Tachygraphos são tão exactos nas suas notas, que se eu não fôr ouvido, serei lido”<sup>13</sup>. Desta forma, o interesse numa publicação própria que consagrasse para a história o papel desempenhado pela Câmara dos Pares, embora tivesse alguns defensores<sup>14</sup>, não recolhia uma grande adesão, reconhecendo-se, sobretudo, como diz o mesmo Par, em 1854, que “A publicidade vem da imprensa, pois só essa chega a todo o paiz”<sup>15</sup>.

Publicado, como vimos atrás, entre 1842 e 1843, o *Diario da Camara dos Dignos Pares* conhece um longo interregno que só virá a terminar em 1869. Assim, entre 1848 e 1869 a opção foi a de fazer a publicação das sessões, por extractos mais ou menos longos, mais ou menos atrasados, no *Diario do Governo*. Uma opção não isenta de problemas e que criou alguns atritos entre a Câmara e a Imprensa Nacional responsável pela sua edição<sup>16</sup>.

Contrariamente ao que refere um Deputado, em 1858, numa das sessões da Câmara Electiva – “A camara dos pares se tem as suas sessões atrasadas é porque elles o querem, não tem duvida alguma”<sup>17</sup> –, a morosidade na sua publicação, a par das inexactidões na reprodução dos discursos, são falhas a que os Pares

<sup>11</sup> MASTIAS, Jean; GRANGÉ, Jean – Cinq thèmes de réflexion. In MASTIAS, Jean; GRANGÉ, Jean, dir. de – *Les Secondes Chambres du Parlement en Europe Occidentale*. Paris: Economica, 1987. p. 93.

<sup>12</sup> *Diario do Governo*. (5 de Março de 1856), p. 268. Sessão de 25 de Fevereiro de 1856. Barão de Porto de Moz.

<sup>13</sup> *Diario do Governo*. (19 de Março de 1853), p. 337. Sessão de 15 de Março de 1853.

<sup>14</sup> Entre eles inclui-se o Visconde de Fonte Arcada que, em sessão de 10 de Fevereiro de 1857, e o Visconde de Gouveia que, em sessão de 26 de Maio de 1860, propõem a adopção do mesmo modelo de publicação das sessões que vigorava na Câmara dos Deputados, com a publicação das sessões no *Diario da Câmara dos Pares* ao mesmo tempo que se mantinham os extractos no *Diario de Lisboa*, desde que fossem publicados no dia seguinte (cf. *Diario do Governo*. (18 de Fevereiro de 1857), p. 184. Sessão de 10 de Fevereiro de 1857; *Diario de Lisboa*. (6 de Junho de 1860), p. 605. Sessão de 30 de Maio de 1860).

<sup>15</sup> *Diario do Governo*. (21 de Abril de 1854), p. 510. Sessão de 27 de Março de 1854.

<sup>16</sup> Em Julho de 1857, a questão do atraso na publicação das sessões leva a Câmara dos Deputados a pedir justificações à Imprensa Nacional, o que esta faz, por officio da sua Administração, lido na sessão de 9 de Julho de 1857 (cf. *Diario do Governo*. (8 de Agosto de 1857), p. 1863). Em 14 de Janeiro de 1858, a direcção do *Diario do Governo* utiliza as suas páginas para refutar acusações de serem da sua responsabilidade as gralhas encontradas no discurso de Bom Ano dirigido ao monarca pelo presidente da Câmara dos Pares (cf. *Diario do Governo*. (14 de Janeiro de 1858), p. 59).

<sup>17</sup> *Diario da Câmara dos Deputados...* vol. II, p. 209. Sessão de 26 de Janeiro de 1858.

aludem insistentemente. O atraso na publicação das sessões no *Diário do Governo* era frequente. Se na maioria dos casos não passava de alguns dias, noutros chegava a atingir meses<sup>18</sup>. Tal acontece, sobretudo, no final das sessões parlamentares, quando no período da Ordem do Dia se analisavam dezenas de projectos de lei provenientes da Câmara dos Deputados, ou quando a discussão de assuntos mais polémicos originavam debates muito participados, tornando mais moroso o trabalho dos taquígrafos e dos extractores, bem como dos próprios Pares ao reverem os seus discursos. Situações que não dignificavam a Câmara e que levaram o Visconde de Castro a reclamar “nós continuaremos a ser desprezados em todo o paiz, pois, quando as sessões se publicam, são passados 10, 15, 20 e mais dias, a até um mez”<sup>19</sup>, ou pior ainda, como salienta o Visconde de Gouveia, na província não se sabe nada do que se passa na Câmara “e consideram-na completamente morta”<sup>20</sup>. Uma situação grave que poderia fazer alicerçar a ideia entre o cidadão comum da inutilidade da Câmara Alta. Uma constatação pouco agradável para a Câmara dos Pares porque, para além de não fazer a divulgação da intervenção política em que se encontrava resistentemente empenhada, no início da Regeneração, como já verificámos num trabalho anterior<sup>21</sup>, a colocava numa situação de evidente e incómoda subalternidade face à Câmara Electiva, que promovia a publicação das sessões na íntegra, no *Diário da Câmara dos Deputados*, e em extracto, logo no dia seguinte, no *Diário do Governo*. “Pois a outra Camara tem mais meios do que esta? Faltam aqui esses meios? Se faltam, declare-se, porque este estado não convém” clamava, em 1856, o Par Barão de Porto de Moz, ao que o Presidente respondeu que a repartição taquígráfica da Câmara Electiva era mais numerosa e que, além disso, os Deputados não reviam, como era hábito entre os Pares, o seu discurso<sup>22</sup>. Facto aliás que não corresponderá de todo à verdade, já que, como veremos, a revisão dos discursos era um direito de que a maioria dos Deputados não abria mão.

Entre 1851 e 1870, várias foram as propostas apresentadas pelos Pares individualmente ou pelas comissões nomeadas para o efeito<sup>23</sup>, para fazer diminuir o

---

<sup>18</sup> Os atrasos na publicação das sessões, no *Diário do Governo*, aproximaram-se do mês ou ultrapassaram-no, em Fevereiro e Março de 1854, em Julho de 1856, em Julho de 1857, em Março de 1858, em Janeiro, Fevereiro e Março e Abril de 1859, Junho de 1863 (o atraso mais longo verificou-se com a sessão de 27 de Junho que foi publicada 3 meses e 8 dias depois, em 5 de Outubro) e em Abril, Maio e Junho de 1864.

<sup>19</sup> *Diário de Lisboa*. (31 de Maio de 1860), p. 574. Sessão de 21 de Maio de 1860.

<sup>20</sup> *Diário de Lisboa*. (30 de Maio de 1860), p. 567. Sessão de 18 de Maio de 1860.

<sup>21</sup> MONTEIRO, Isilda Braga da Costa – *O Parlamento e a Questão Militar (1851-1870)*. Porto: [s. n.], 2002. Dissertação de Doutoramento dactilografada.

<sup>22</sup> *Diário do Governo*. (5 de Março de 1856), p. 268. Sessão de 25 de Fevereiro de 1856.

<sup>23</sup> Em sessão de 29 de Dezembro de 1851, são nomeados os pares, o Marquês de Loulé, Visconde de Algés e Barão de Chancelieiros (cf. *Diário do Governo*. (2 de Janeiro de 1852), p. 6), e, em 6 de Julho de 1857, os pares, Marquês de Loulé, Visconde de Laborim e Barão de Porto de Moz (cf. *Diário do Governo*. (12 de Março de 1856), p. 311)

atraso na publicação das sessões. O reconhecimento consensual das deficiências da repartição taquígráfica decorrentes não só do reduzido número dos funcionários, em especial dos taquígrafos, como da sua qualidade – até porque, como é salientado na sessão de 26 de Junho de 1862, para se ser bom taquígrafo não basta só saber os sinais, é preciso ter uma educação literária e perfeita<sup>24</sup> –, justificaram a apresentação e aprovação de várias propostas no sentido de tornar mais eficaz o seu funcionamento. Assim, para além de uma reorganização da escala hierárquica com o respectivo reajustamento e aumento dos vencimentos, a Câmara Alta vai passar, em 1866, a formar os seus próprios taquígrafos, na linha do que já fazia a Câmara dos Deputados, abrindo, para isso, aulas de taquígrafia leccionadas por alguns dos elementos que compunham a sua própria repartição<sup>25</sup>.

Efectivamente, o reconhecimento da importância da publicação das sessões segundo o figurino que melhor permitisse dar publicidade aos assuntos e aos debates desenrolados no espaço parlamentar, justificaram que não só ao longo da primeira metade do século XIX, como entre 1851 e 1870, essa questão tenha sido discutida frequentemente. O desempenho do actor-político no cenário parlamentar, quer ele fosse par, deputado ou ministro, dependia, na realidade, de dois níveis de avaliação fundamentais – o discurso oral proferido no espaço parlamentar e o discurso escrito que lhe confere materialidade, fazendo-o perdurar no tempo. Embora se parta do princípio que o segundo é a reprodução o mais fiel possível do primeiro, numa coincidência que possibilitaria chegar ao que foi realmente dito, tal estará, efectivamente, longe de se verificar. Os diferentes mecanismos de produção do discurso oral e do discurso escrito, só por si, introduzem elementos condicionadores distintos que os tornam mais ou menos próximos, mas não exactamente coincidentes. Desta forma, a leitura do *Diario da Camara dos Deputados* ou do *Diario da Camara dos Pares* e menos ainda a dos extractos oficiais do *Diario do Governo*, não nos permitirá conhecer o que foi realmente dito, mais ou menos de improviso – as duas Câmaras não permitiam a leitura de discursos escritos previamente<sup>26</sup>, mas certamente que muitos deles

<sup>24</sup> *Diario de Lisboa*. (9 de Julho de 1862), p. 1846. Sessão de 26 de Junho de 1862.

<sup>25</sup> Entre eles João José Alves Freineda estava ao serviço da Câmara desde 1836, Manuel de Paiva dos Reis e Sousa e João Carlos de Almeida Carvalho, desde 1839, e Manuel da Silveira Bettencourt, desde 1846. Para além destes, faziam também parte da referida repartição João Crisóstomo Pereira da Silveira, Pedro Alcantara Cristiano, primeiros oficiais, Joaquim Gregorio Viegas, João António Barreto Borges, segundos oficiais, António Maria de Almeida, Joaquim de Almeida Saraiva, primeiros aspirantes, Francisco Freire de Andrade Salazar d'Eça, Diogo Maria de Fraga Pery de Linde, Henrique de Mello, segundos aspirantes, José António Vieira, José Manuel de Almeida, Henrique Jeronymo de Carvalho Prostes, praticantes e, finalmente, José de Oliveira Perdigão, amanuense arquivista (cf. *Diario de Lisboa*. (18 de Abril de 1866), p. 1199).

<sup>26</sup> *Regimento Interno da Camara dos Dignos pares do Reino comprehendendo o Regulamento Interno da mesma Camara constituída em Tribunal de Justiça*. 2ª ed. acrescentada com as alterações que desde a primeira até hoje tem tido Lisboa: Imprensa Nacional, 1861. Tit. VII, Art. 51º; *Regulamento Interno da Camara dos Senhores Deputados*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857. Cap. IV, Art. 102º.

eram redigidos e preparados cuidadosamente –, durante o calor do debate e o inesperado das argumentações, e muito menos o como foi dito, em que assume especial importância expressiva a entoação da voz, encenação da atitude e dos gestos, vestuário e posicionamento no palco parlamentar.

*O Diário das Camaras* e o *Diário do Governo* são documentos oficiais que registam por escrito os discursos produzidos oralmente, segundo um processo de reconstrução do que foi dito, em que se destacam três, ou mesmo, quatro momentos distintos. O primeiro coincide com o da verbalização do discurso e processa-se na própria sala das sessões, por taquígrafos com maior ou menor competência técnica e com todas as limitações relacionadas quer com a voz mais ou menos perceptível dos oradores, quer com as condições acústicas do espaço. O segundo momento de reconstrução verifica-se posteriormente e assenta na descodificação, pelo próprio taquígrafo, das notas taquígráficas, tornando-o num texto inteligível com condições para ser submetido à revisão do orador. No caso de se tratar de um discurso para extractar passava, ainda, pelas mãos de um redactor-extractor “de modo a que o pensamento ou idéia de conjunto do orador, resulte harmónico com a síntese expressa no possível número de palavras por êle empregadas”<sup>27</sup>, como se afirma num tratado de estenografia.

Finalmente, o último momento da reconstrução é protagonizado pelo próprio produtor do discurso oral – deputado, par ou ministro –, no sossego do seu gabinete de trabalho, que, partindo do discurso escrito já preparado e da sua própria memória, bem como da ressonância negativa ou positiva às palavras que proferiu, pode pensar e repensar o que disse e o que não disse, bem como o que os outros intervenientes disseram e o que não disseram, para dar a melhor imagem de si próprio, mesmo que retocada por omissões e/ou novas e mais claras linhas de pensamento, num exercício de reconstrução não só ao nível da retórica como das próprias ideias. Consciente ou inconscientemente, os oradores que revêem os seus discursos vergam sob o peso de uma escrita que, por si só, intimida<sup>28</sup>, constrange, compromete<sup>29</sup>, reforçando os mecanismos de autocensura que já marcaram o discurso oral, mas que aqui ganham uma nova dimensão normalizadora e manipuladora.

Em todo este processo assume especial importância a figura do taquígrafo como mediador entre as palavras ditas e as palavras escritas. É ele o primeiro interveniente e como tal o primeiro responsável pelo registo escrito do discurso dos oradores proferido no Parlamento. Compreender-se-á que seja, por isso, visado por muitas das críticas que se fazem às inexactidões das actas parla-

---

<sup>27</sup> PÓVOAS, Francisco A. Mendes – *Tratado de Estenografia e Apêndice de estenodactilografia*. Lisboa: Ed. Empresa Nacional de Publicidade, 1945. p. 195.

<sup>28</sup> BARTHES, Roland – *O grau zero da escrita*. Lisboa: Ed. 70, 1981. p. 24.

<sup>29</sup> BARTHES – *O grau zero da escrita...* p. 28.

mentares, como se compreenderá também que seja a figura central de uma teia de influências desenhada por alguns pares, deputados e ministros para obter a sua cumplicidade e fazer ressaltar ou esbater discursos mais ou menos conseguidos. Marcados por uma origem humilde (segundo refere José Estevão, em 1854, muitos deles eram oriundos da Casa Pia<sup>30</sup>), que tornava mais forte o desejo de ascensão social, mal pagos pela função que executavam como consideravam alguns Deputados, estes homens viviam na proximidade do poder e dos políticos influentes que aí se movimentavam, sendo, por certo, vulneráveis aos jogos de influências e trocas de favores. Aspectos que aliados à falta de taquígrafos, ao conhecimento profundo da realidade política nacional e a um nível cultural assinalável, os terão catapultado socialmente. Peguemos nalguns exemplos.

Clemente José dos Santos, oriundo da Casa Pia, autor de obras de reconhecido mérito – *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*<sup>31</sup> e *Estatísticas e biografias parlamentares portuguesas*<sup>32</sup> – é, em 1839, taquígrafo na Câmara dos Deputados, vindo a tornar-se fidalgo da Casa Real e sócio da Academia Real das Ciências e a ser nobilitado, sob o título de Barão de S. Clemente, por D. Luís, em 1887<sup>33</sup>. Por sua vez, António Maria de Almeida, primeiro aspirante da repartição taquigráfica da Câmara dos Pares, em 1866, recebeu o título de Visconde de S. João Nepomuceno, em 1894, concedido por D. Carlos<sup>34</sup>.

Esta rede de influências que existia em torno dos homens que exerciam funções na repartição taquigráfica, e que claramente se enunciam na Câmara, ganharia certamente contornos mais carregados com a existência de laços familiares entre eles e os homens com assento parlamentar. Numa referência que está longe de ser inocente, José Estêvão faz questão de ressaltar a presença no corpo taquigráfico, em 1854, do irmão do Deputado Carlos Bento da Silva – depois de este ter saído em defesa dos taquígrafos e pedido mais empregados e melhores salários<sup>35</sup> –, caracterizando-o como um “moço de grande habilidade, em quem na sua mão a arte era mais que a arte de reproduzir os pensamentos alheios”<sup>36</sup>.

A função mediadora do taquígrafo, relevante no caso da publicação dos discursos no *Diário da Camara dos Pares* ou no *Diário da Camara dos Deputados*,

<sup>30</sup> *Diário da Camara dos Deputados...* vol. I, p. 79. Sessão de 17 de Janeiro de 1854.

<sup>31</sup> SANTOS, Clemente José dos – *Documentos para a Historia das Cortes Geraes da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884-1891. 8 vols.

<sup>32</sup> SANTOS, Clemente José dos – *Estatísticas e biographias parlamentares portuguesas*. Porto: Typ. “Commercio do Porto”, 1887-1892. 6 vols.

<sup>33</sup> ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, dir. de – *Nobreza de Portugal*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, L.da, 1961. Vol. III, p. 316.

<sup>34</sup> ZÚQUETE – *Nobreza de Portugal...* vol. III, p. 327; LINDE, J. Fraga Pery de – *Bibliografia Taquigráfica Luso-Brasileira anotada (1803-1915)*. Lisboa: Tip. Universal, 1915. p. 26.

<sup>35</sup> *Diário da Camara dos Deputados...* Vol. I, p. 75. Sessão de 17 de Janeiro de 1854.

<sup>36</sup> *Diário da Camara dos Deputados...* Vol. I, p. 79. Sessão de 17 de Janeiro de 1854.

reforçava-se relativamente aos extractos das sessões publicados no *Diario do Governo* que implicavam o recurso aos resumos e ao discurso indirecto. Como refere o Deputado Melo Soares, “o certo é que alguns illustres deputados se têm queixado, porque os srs. Tachygraphos para alguns deputados fazem um extracto extenso, comprehensivo e muito bom, para outros muito deficiente, e para outros nullo”<sup>37</sup>. A razão para este tratamento desigual residia, de acordo com alguns deputados, na permeabilidade dos taquígrafos e dos extractores às estratégias desenvolvidas por alguns dos oradores para lhes cair nas boas graças. D. Rodrigo de Meneses, em 1860, refere explicitamente que “ha um extracto das sessões no qual, fallando muitas vezes um deputado um quarto de hora e meia hora, apparecem meia duzia de linhas, e fallando outros dois minutos, apparece um discurso que toma uma columna inteira. (...) A razão é porque os discursos passam incolumes da algibeira dos deputados para a mesa dos tachygraphos”<sup>38</sup>. Uma acusação grave que nenhum deputado procura refutar e que para além de evidenciar as fragilidades do sistema instituído para a publicação das sessões, fazia ressaltar a preparação cuidada de muitos discursos supostamente ditos de improviso, como referimos atrás. Cunha Sotto-Maior mostra-se, ainda, mais contundente quando diz “não conheço nada mais imperfeito que o extracto do Diario do Governo. O extracto do Diario do Governo é um negocio de compadres. (...) é foliar para afilhados; (riso) tenho reparado que ha certos deputados que são o Benjamim dos tachygraphos; (riso) estes deputados quando fallam, fallam sempre bem, fallam sempre bonitamente; (riso) têm sempre grande talento, reproduzem-se os seus discursos sempre bem; (riso) e quando lhe falta alguma cousa para o tornar mais bello, os tachygraphos mettem-no de sua casa, a fim de que este discurso venha revestido de todas as galas”<sup>39</sup>. E os exemplos da intervenção dos taquígrafos e dos extractores nos discursos que reproduziam multiplicam-se nas páginas do *Diario da Camara dos Deputados*. O Deputado Holtreman chama a atenção, em 1852, para o facto de ser impossível o país saber, a partir dos extractos, o que se passava, na realidade, na Câmara dos Deputados, porque nas suas “colunas se diz de muitos Deputados que acabaram o seu discurso, e foram cumprimentados por muitos Srs. Deputados, em quanto que nós que estamos aqui não vimos sibilantes cumprimentos a muitos dos que ali se enumeram”<sup>40</sup>. Ou então, o facto que Tomás de Carvalho lamenta, em 6 de Maio de 1857, ao referir ter sido apresentado no registo escrito da sessão anterior a interromper sistematicamente o discurso de Fontes Pereira de Melo,

<sup>37</sup> *Diario da Camara dos Deputados...* Vol. II, p. 113. Sessão de 13 de Julho de 1858.

<sup>38</sup> *Diario da Camara dos Deputados...* Vol. IV, p. 100. Sessão de 11 de Maio de 1860.

<sup>39</sup> *Diario da Camara dos Deputados...* Vol. I, p. 76. Sessão de 17 de Janeiro de 1854.

<sup>40</sup> *Diario da Camara dos Deputados...* Vol. VII, p. 102. Sessão de 23 de Julho de 1852.

coisa que ele afirma nunca ter feito, concluindo que, por não ser a primeira vez que tal acontecia consigo, podia haver nisso alguma intenção, embora afirme com alguma ironia: “não é provável que seja, porque os funcionários da camara não haviam de faltar aquela imparcialidade que devem ter em todos os actos officiais”<sup>41</sup>.

O registo escrito das sessões parlamentares, para além de nos dar acesso a um discurso que sabemos não ser coincidente com o que oralmente foi proferido no Parlamento, raramente dá conta do seu impacto na Câmara, não só entre os parlamentares, quer eles fossem pares ou deputados, quer junto dos cidadãos que se sentavam na galeria. Dessa forma, a imagem que ressalta das páginas dos Diários das Câmaras ou dos extractos ou publicações na íntegra do *Diário do Governo*, com raras excepções, é de um Parlamento dominado pela ordem, pela atenção silenciosa dos intervenientes. Bastará, contudo, ler algumas das observações feitas pelos parlamentares de uma e outra Câmara, para nos apercebermos quanto essa imagem é enganosa. As salas das sessões, com más condições acústicas, eram ruidosas, os tribunos, anárquicos, discursando de onde queriam, movimentando-se à vontade, falando com quem lhes apetecia. Como refere Nogueira Soares, “Eu falei numa das sessões passadas julgo que pelo espaço de duas horas: durante o meu discurso fui constantemente interrompido; mas quem o lêr, como elle está publicado, limpo, completamente limpo de interpellações, julga que a camara me ouviu completamente silenciosa, ou que não me ouviu, e isto não foi assim”<sup>42</sup>. Não será assim, por certo, de estranhar que a publicação das sessões assumisse também especial importância para os próprios pares e deputados que, dessa forma, poderiam acompanhar, serena e reflectidamente, o desenrolar da própria sessão em que estiveram presentes, mas sem condições para a apreender na totalidade.

Na Câmara dos Pares as queixas são idênticas. Em 1867, Ferrer estranha que os discursos proferidos, por si, nas duas últimas sessões, tenham sido publicados com inexactidões e sem a indicação expressa de que não tinham sido objecto de revisão, contrariamente ao que se fez com os do Visconde de Chancelieiros<sup>43</sup>, enquanto o Marquês de Nisa, na mesma sessão, dá origem a um pequeno incidente, ao acusar os taquígrafos da Câmara de adulterarem voluntariamente os discursos que registavam.

Na realidade, sempre que possível, os oradores – pares, deputados e ministros – procuravam rever os discursos, refazendo-os para os tornar compatíveis com as expectativas geradas, com a legitimidade e autoridade que neles se reconhecia

<sup>41</sup> *Diário da Camara dos Deputados...*Vol. V, p. 69. Sessão de 6 de Maio de 1857.

<sup>42</sup> *Diário da Camara dos Deputados...*Vol. IV, p. 309. Sessão de 27 de Abril de 1854.

<sup>43</sup> *Diário de Lisboa*. (21 de Maio de 1867), p. 1572. Sessão de 17 de Maio de 1867.

como representantes da nação ou como governantes, ao ponto de alguns deles considerarem que, “o deputado que falla no Diario, não é o deputado que fallou na camara”<sup>44</sup>. Esta reconstrução era de tal forma evidente, que o direito dos oradores à revisão dos discursos foi um dos assuntos que, a propósito da publicação das sessões e dos seus atrasos, suscitou acaloradas discussões. Entendida, por muitos, como um meio legítimo para evitar as incorrecções originadas por uma reprodução taquigráfica feita sem grandes condições, a revisão era supostamente utilizada para que se “não publique debaixo da responsabilidade de um deputado aquillo que elle não disse”<sup>45</sup>, e permitir rectificar algum erro saído no calor da discussão<sup>46</sup>.

Era assim admissível a introdução de pequenas correcções num discurso em que as marcas de oralidade estavam necessariamente presentes e naturalmente justificadas, mas que não resultavam, sob o ponto de vista formal, num discurso escrito. Contudo, nos casos em que a reconstrução ia além do aceitável, dava origem a fortes críticas dentro do próprio Parlamento, como acontece em 1865, quando o Deputado Costa Lemos acusa Vieira de Castro de ter feito publicar um discurso que “vem recheado de risos, que são nem mais nem menos de quatorze ou quinze, de muitos apoiados, de vozes muito bem; e taes risos, taes apoiados e taes vozes se não deram aqui. São enfeites com que o illustre deputado entendeu que devia adornar e enfeitar o seu discurso para fazer effeito lá fóra, em Fafe”<sup>47</sup>. Acusações que se ajustam à ambição do Deputado em causa, recém-chegado à Câmara e apostado em construir e fazer veicular uma imagem, dentro e fora do Parlamento, de um tribuno interventivo e acutilante, mesmo que para tal houvesse necessidade de retocar, aqui e ali, os registos dos discursos que pronunciara. Perseguindo a glória a que se achava destinado, Vieira de Castro, como outros, procurou a Câmara dos Deputados como rampa de lançamento para voos mais altos que, contudo, não se vieram a realizar, preso que ficou nas teias emaranhadas que ele próprio urdiu<sup>48</sup>.

Mais grave foi a polémica que envolveu os Pares Visconde de Algés e Visconde de Almeida Garrett, este último então Ministro dos Negócios Estrangeiros, escasos anos antes do seu falecimento, e em que o primeiro acusa o segundo de ter feito publicar um discurso diferente daquele que dissera, não só ao nível da forma como do conteúdo. Às palavras indignadas do Visconde de Algés, o Visconde de Almeida

<sup>44</sup> *Diario da Camara dos Deputados...* Vol. I, p. 75. Sessão 17 de Janeiro de 1854. Cunha Sotto-Maior.

<sup>45</sup> *Diario da Camara dos Deputados...* Vol. IV, p. 307. Sessão de 27 de Abril de 1854. Lobo d'Ávila.

<sup>46</sup> *Diario da Camara dos Deputados...* Vol. IV, p. 311. Sessão de 27 de Abril de 1854. Santos Monteiro.

<sup>47</sup> *Diario de Lisboa*. (27 de Dezembro de 1865), p. 2986. Sessão de 23 de Dezembro de 1865.

<sup>48</sup> Significativamente, a biografia de Vieira de Castro que Vasco Pulido Valente escreveu, intitula-se *Glória* (cf. VALENTE, Vasco Pulido – *Glória*. Lisboa: Gótica, 2001).

Garrett respondeu, então, que fizera muitos discursos na sua longa carreira parlamentar, alguns deles reconhecidos publicamente e que “nunca se, publicaram sem muitas e muitas emendas minhas, em que alterei, reformei, additei as notas tachy-graphicas. Sem isso jámais consenti nem consentirei que se publique cousa minha. As notas dos Srs. Tachygraphos não são evangelho, não teem fe publica, e (perdoem-me elles) para mim não servem senão para despertar a reminiscencia do que proferi”<sup>49</sup>. Quão distante estava então Almeida Garrett da postura displicente que assumiu, anos antes, em 1840, quando afirmara, na Câmara dos Deputados em que, então, tomava assento, que não revia os seus discursos porque não tinha pachorra para isso<sup>50</sup>.

Dependendo da resolução em vigor nas Câmaras, os discursos não revistos pelos seus autores ou não eram integrados na acta da sessão a que diziam respeito, colocando-se reticências à frente do nome do orador, ou eram publicados, em resumo ou na íntegra, acompanhados da indicação de que não tinham sido submetidos a revisão. A falta de tempo era uma das razões invocadas pelos oradores para que não cumprissem os prazos definidos para a revisão dos discursos ou para que a não fizessem. Tratava-se de uma tarefa morosa o que, segundo o Par José Maria Grande, era razão bastante para o dissuadir de discursar<sup>51</sup>, sobretudo quando eram “taes e tão frequentes (...) as alterações de sentido, a deturpação de idéas, tantas e tão grandes as lacunas, que um ou outro raro trecho de trabalho bom e completo ficava perdido no meio de outros pessimos, e mal podia conduzir-lhes a memoria para a reproducção do discurso, tendo por isso, as mais das vezes, de dar como inutil todas as notas tachygraphicas e de o escrever por inteiro, guiados unicamente pela memoria e por alguns apontamentos particulares”<sup>52</sup>.

Na realidade, pares, deputados e ministros não teriam muito tempo disponível para a ingrata tarefa da revisão, sobretudo no caso de discursos longos reproduzidos por vários taquígrafos, com qualidades técnicas e estilos diferentes, já que cada um deles assegurava rotativamente 10 minutos de sessão. Se os primeiros – pares e deputados – gastavam uma parte significativa dos dias no Parlamento, em sessão ou em trabalho nas comissões, a que juntavam, por vezes, o exercício de outras funções no exterior, os membros do governo tinham a seu cargo os respectivos ministérios, para além de deverem assegurar – o que nem sempre cumpriam com regularidade – uma presença assídua em ambas as Câmaras, o que significaria, na prática, a duplicação dos discursos para rever.

<sup>49</sup> *Diário do Governo*. (12 de Julho de 1852), p. 762-763. Sessão de 5 de Julho de 1852.

<sup>50</sup> MAIA – *O Discurso Parlamentar português...* p. 98.

<sup>51</sup> *Diário do Governo*. (21 de Abril de 1854), p. 510. Sessão de 27 de Março de 1854.

<sup>52</sup> SÁ, António José Barros – Exposição feita à Camara dos Dignos Pares pelo vice-presidente da mesma camara ácerca da necessidade da reorganisação do serviço tachygraphico. p. 1.

Contudo, a não revisão dos discursos poderá, nalguns casos, ser entendida como uma estratégia parlamentar de desresponsabilização utilizada pelos vários actores políticos que quando confrontados com o que dos seus discursos se reproduzira no *Diario da Camara* ou no *Diario do Governo*, alegavam em sua defesa o facto de o discurso ter sido publicado sem revisão e, por isso, com erros<sup>53</sup>. O Deputado Pinto de Araújo acusa os ministros de o fazerem muitas vezes<sup>54</sup>, para, dessa forma, poderem recuar nas posições anteriormente assumidas.

A entrega dos discursos aos oradores para revisão, efectuada, habitualmente, em ambas as Câmaras, permitia aos oradores que, para além de uma reconstrução generalizada dos discursos, dentro ou fora do prazo estipulado, optassem por intencionalmente os sonegar ao exame da opinião pública, não os devolvendo para publicação. Tal atitude parece ter sido utilizada frequentemente no Parlamento<sup>55</sup>. Na Câmara dos Pares, em 1858, o Marquês de Valada chamou a atenção para o facto de, em anterior sessão, não aparecer transcrita a resposta do Marquês de Loulé, Presidente do Conselho, a uma sua interpelação, por “não ter ella agradado a certos homens que teem imperio sobre os actos dos Srs. Ministros, e governam a situação<sup>56</sup>. Tratava-se então da polémica questão das Irmãs da Caridade e da liberdade de associação.

A sonogação dos discursos para além de constituir uma forma de deturpação intencional da realidade, de fuga ao julgamento pela opinião pública, tornava sem sentido outros discursos proferidos por outros oradores que contivessem referências ou respostas aos conteúdos daqueles, fazendo-os parecer que estiveram “fallando aos passarinhos”<sup>57</sup>. Em última análise, subvertia o princípio da publicidade tão caro ao sistema representativo, em que se partia da ideia de que o discurso, desde que era proferido, passava a ser do domínio público, e, como tal, deixava de pertencer ao parlamentar que o elaborou e que, em consequência, perdia o direito de o guardar para si<sup>58</sup>. Não surpreenderá, por isso, que alguns parlamentares, entre os quais se inclui José Estêvão, cujos dotes oratórios, por todos reconhecidos, o tornavam, certamente, menos dependente das revisões, defendam que os Deputados têm que ceder no amor próprio, que é “preciso sacrificar a nossa reputação de orador, o limado da nossa frase, e a elegancia do estylo, às infelicidades e incorreicções da tribuna, dando ao publico o conheci-

---

<sup>53</sup> Mendes Leal, Ministro da Marinha, refere expressamente, em sessão de 13 de Maio de 1862, que não tendo tempo para rever os discursos não podia ser comprometido pelo que os taquígrafos reproduziam nas actas (cf. *Diario de Lisboa*. (15 de Maio de 1862), p. 1282).

<sup>54</sup> *Diario de Lisboa*. (21 de Abril de 1863), p. 1168. Sessão de 18 de Abril de 1863.

<sup>55</sup> *Diario da Camara dos Deputados...* Vol. IV, p. 134. Sessão de 14 de Maio de 1860.

<sup>56</sup> *Diario do Governo*. (11 de Dezembro de 1858), p. 1504. Sessão de 19 de Novembro de 1858.

<sup>57</sup> *Diario da Camara dos Dignos Pares do Reino...* p. 13. Sessão de 12 de Janeiro de 1869. Visconde de Fonte Arcada.

<sup>58</sup> *Diario da Camara dos Deputados...* Vol. IV, p. 135. Sessão de 14 de Maio de 1860. Barros e Sá.

mento dos assumptos de que se occupa o corpo legislativo”<sup>59</sup>, sem qualquer tipo de reconstrução à *posteriori*, mesmo que, a partir desses registos, salienta o referido Deputado, “a posteridade faça outro conceito de mim”<sup>60</sup>.

Conscientes do carácter algo efémero do discurso proferido oralmente e do momento irrepitível que enquadrou e condicionou a sua produção, os oradores parlamentares e muito especialmente os Deputados, centram as suas atenções no discurso escrito que a imprensa fará prolongar no tempo e no espaço. A Câmara dos Deputados era, em muitos casos, a porta aberta para uma carreira política, o primeiro lançamento de uma ambicionada ascensão política e social, em que convinha impressionar positivamente não só os dirigentes políticos como a opinião pública. Vieira de Castro, a quem atrás nos referimos, constitui um bom exemplo disso. Abdicar da revisão dos discursos e da gestão de imagem que ela possibilitava poderia significar a hipoteca de um futuro político. Uma preocupação que certamente não existiria entre os Pares de nomeação régia, que, maioritariamente, constituíam a Câmara entre 1851 e 1870<sup>61</sup>. Em final de carreira, com um percurso feito e provas dadas nas mais diversas áreas, estes homens acumularam ao longo dos anos um capital simbólico, de prestígio e de autoridade, suficiente para apresentarem não só um discurso oral compreensivelmente menos condicionado, como para desvalorizarem, sobretudo sob o ponto de vista formal, os seus discursos registados nas actas parlamentares. Uma constatação que nos remete para os princípios diferenciadores – o *habitus*<sup>62</sup> referido por Bourdieu –, que distinguem o comportamento e o discurso dos Deputados dos Pares do Reino. Uns e outros movimentam-se no mesmo espaço e partilham o exercício do mesmo poder político, mas são chamados a desempenhar diferentes papéis no cenário parlamentar que os discursos registados nas actas parlamentares, construídos e reconstruídos segundo interesses vários, nos permitem conhecer.

<sup>59</sup> *Diario da Camara dos Deputados...* Vol. IV, p. 73. Sessão de 17 de Janeiro de 1854.

<sup>60</sup> *Diario da Camara dos Deputados...* Vol. I, p. 87. Sessão de 18 de Janeiro de 1854.

<sup>61</sup> MONTEIRO – O Parlamento e a Questão Militar .... p. 66.

<sup>62</sup> BOURDIEU, Pierre – *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 52.